

7

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

1974-2006

VASCO VIEIRA DE ALMEIDA

Vasco Vieira de Almeida nasceu em Lisboa, a 11 de Abril de 1932.

É filho de Francisco Vieira de Almeida e de Maria Alice Vieira de Almeida.

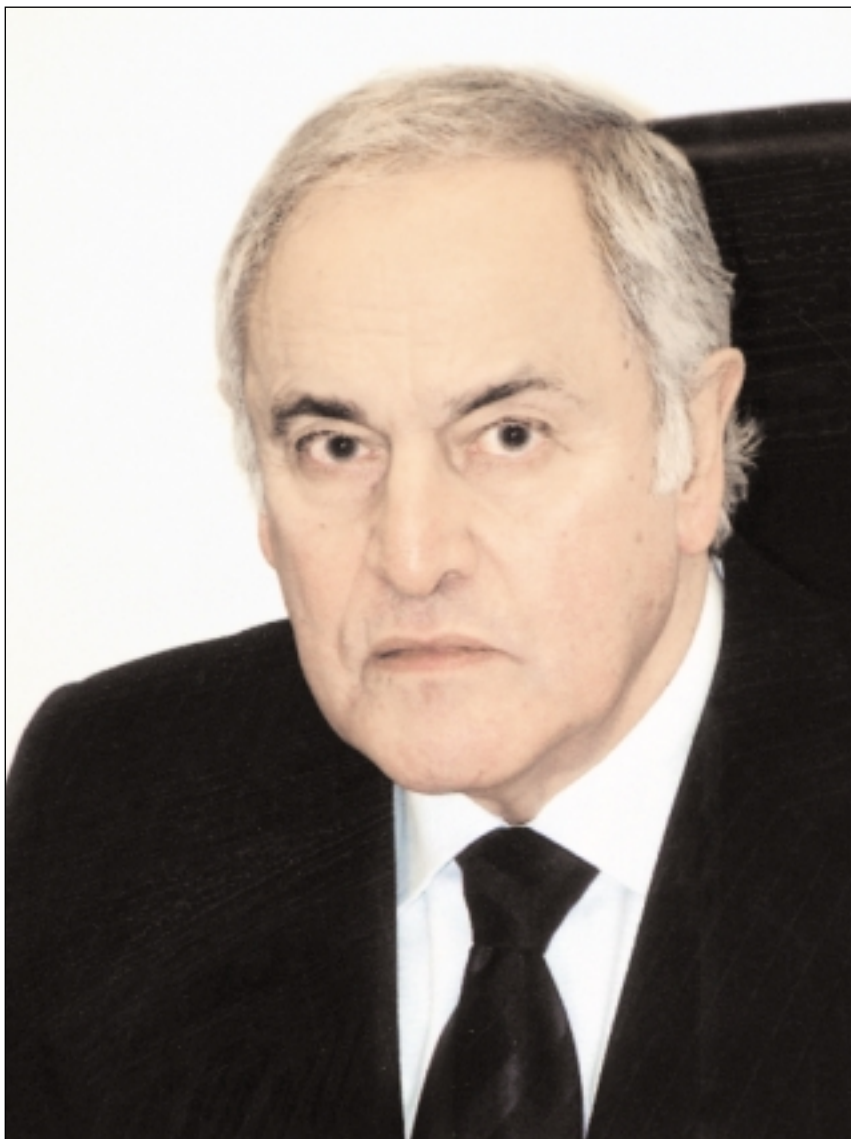


FOTO CEDIDA POR V.V.A.

Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde também fez o curso complementar de Ciências Jurídico-Económicas, associou, desde cedo, a sua vida profissional ao sector privado.

Nos inícios da década de 1960 já fazia parte da direcção do Banco Português do Atlântico, vindo a ser administrador delegado dessa entidade bancária no período de 1970 a 1972. Já antes, havia iniciado o seu percurso nas câmaras de comércio, ao tornar-se administrador da Câmara de Comércio Britânica, entre 1967 e 1969. Neste ano, é a vez de assumir a vice-presidência da Câmara de Comércio Alemã (da qual será administrador entre 1977 e 1980), para, no ano seguinte, assumir as funções de administrador da Câmara de Comércio Italiana. Passará, ainda, pela presidência do Conselho de Administração do Banco Crédito Predial (no biénio 1972-1974), até se dedicar, a partir dos primeiros anos da Democracia, à advocacia, detendo um dos mais reputados escritórios de Lisboa.

Entretanto, exerceu o lugar de conselheiro jurídico honorário da Embaixada Britânica em Portugal (1980-1990) e é presidente da Assembleia Geral da Brisa.

Lidando desde muito novo com importantes figuras da oposição ao Estado Novo, como Jaime Cortesão e António Sérgio, intensificou a sua actividade política no final do liceu, quando entra para o Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUD Juvenil).

Na Faculdade de Direito, continua a travar conhecimento com os vários quadrantes da oposição e, em 1958, por ocasião das eleições

presidenciais disputadas por Humberto Delgado, é preso pela primeira vez. Sê-lo-á uma segunda, em 1963, por ter ajudado membros do Partido Comunista a evadirem-se da Prisão de Caxias, chegando a abrigá-los em sua casa.

Com o 25 de Abril de 1974, depois de ter sido contactado para ajudar na tomada de medidas económicas de emergência, virá a fazer parte do I Governo Provisório, à frente do Ministério da Coordenação Económica. Abandona essas funções pouco tempo depois, por ocasião da célebre crise “Palma Carlos”, não só por solidariedade para com o chefe do Governo demissionário, mas também por constatar a impossibilidade de implantar as medidas de estabilização necessárias à realização de reformas.

É convidado a integrar o II Governo Provisório, o que recusa, embora venha a aceitar, nos inícios de 1975, o lugar de ministro da Economia do Governo de Transição de Angola, onde se manterá durante cinco meses.

Ainda exercerá o cargo de embaixador itinerante do Governo português, em 1976, até encerrar, definitivamente, a sua experiência governativa. Desde então, a sua intervenção política saldou-se pela coordenação das duas primeiras candidaturas de Mário Soares à Presidência da República, havendo sido, igualmente, o mandatário nacional da terceira.

São da sua autoria as obras *Relações Económicas entre Itália e Portugal* e *Financiamentos à Indústria a Médio e Longo Prazo*.

Tem, também, proferido várias conferências de âmbito económico, de que se destacam *O Futuro das Relações Comerciais entre Reino Unido e Portugal* (Londres, 1969), *Evolução e Crescimento da Economia Portuguesa* (Nova Iorque, 1970),

Perspectivas da Economia Portuguesa (Chicago, 1970), *Tendências Actuais na Indústria Portuguesa* (Tóquio, 1971), *Relações Económicas entre França e Portugal* (Paris, 1971) e *Opções Básicas da Política Económica Portuguesa* (Rio de Janeiro, 1972).

JOSÉ DA SILVA LOPES

José da Silva Lopes nasceu em Vila Nova de Ourém, a 10 de Maio de 1932.

É filho de Luís da Silva Lopes e de Maria da Conceição Lopes.

Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, é nesse estabelecimento de ensino que dá início à carreira de docente universitário, ao desempenhar o lugar de assistente entre 1956 e 1960.

Desde então, regeu cursos no Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina, entre 1964 e 1965; no Instituto de Estudos Sociais, entre 1965 e 1969; no Instituto Superior de Economia, em 1972; na Universidade Católica de Lisboa, entre 1982 e 1984; finalmente, na Universidade Nova de Lisboa, entre 1994 e 1996, vindo a receber o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Técnica de Lisboa, em 2004.

A par da docência universitária, tem desempenhado diversos cargos de âmbito económico-financeiro. Começou como técnico do Ministério da Economia, entre 1956 e 1964, e, nessa qualidade, participou nas negociações para a entrada de Portugal na EFTA, em 1959, e no GATT, em 1961.

De 1964 a 1969, assume o cargo de director do Serviço de Relações Económicas Externas da Associação Industrial Portuguesa e, de permissão, em 1965, exerce o lugar de consultor da EFTA. Em 1969, é nomeado administrador da Caixa Geral de Depósitos e director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Finanças, mantendo-se em ambos os cargos até 1974.

No ano seguinte, ascende a governador do Banco de Portugal, lugar que deixará em 1980. Durante este ano, é consultor do FMI e regressa à Caixa Geral de Depósitos, onde será consultor até 1993. Ainda no papel de consultor, esteve ao serviço do Banco Mundial, entre 1981 e 1989, altura em que passa a relator do Conselho para o Sistema Financeiro, até 1993.

Entretanto, em 1991, tornara-se membro do Conselho de Administração do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento. No ano em que finalizou esse mandato (1993), volta ao Banco de Portugal, na qualidade de consultor, mantendo estas funções durante os três anos seguintes.

A partir de 1994, presidirá à Comissão para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal (entre esse ano e 1996), ao Conselho Económico e Social (entre 1996 e 2003) e ao Conselho de Administração do Montepio Geral (desde 2004). No plano político, destacou-se ao serviço do Governo – como secretário de Estado das Finanças (de 16 de Maio a 17 de Julho de 1974), ministro das Finanças (de 17 de Julho a 30 de Setembro de 1974; de 30 de Setembro de 1974 a 26 de Março de 1975 e de 29 de Agosto a 22 de Novembro de 1978) e ministro do Comércio Externo (26 de Março a 8 de Agosto de 1975) – e no Parlamento, onde interveio como deputado no período de 1985 a 1989.



QUADRO DE LIMA DE FREITAS, 1985. COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

JOSÉ JOAQUIM FRAGOSO

José Joaquim Fragoso nasceu em Moçambique, a 19 de Agosto de 1928.

Filho de Miguel Ângelo de Arriaga Brum da Silveira Costa Campos Fragoso, inspector dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, e de Maria da Conceição Nogueira Fragoso. Concluindo a licenciatura em Engenharia Civil no Instituto Superior Técnico, estreou-se, profissionalmente, no lugar de director fabril da Cerâmica Palença, entre 1953 e 1956, do qual transitou para as funções de técnico do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Almada e da Companhia de Águas de Lisboa, entre 1957 e 1960.



FOTO CEDIDA POR J.J.F.

Contudo, optando por seguir a carreira bancária, dá entrada como técnico no Banco de Fomento Nacional, onde vem a ser subdirector, director-geral, secretário-geral e, por último, administrador, entre 1960 e 1975.

No ano seguinte, assume as funções de administrador da Caixa Geral de Depósitos, que mantém até 1984. Em 1985, torna-se administrador dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, cargo que cessa em 1991, para então assumir a

presidência da Caixa Económica Açoreana, onde se mantém até 1993.

Dois anos depois, inicia o primeiro de três mandatos como administrador da Caixa Económica Montepio Geral (depois de terminar essas funções, em 2003, foi eleito membro da respectiva Assembleia Geral, para o biénio de 2004-2006), que vem a acumular com os cargos de gestor da Bolsimo – Gestão Imobiliária, Ld.^a (desde 1996), administrador da Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA (desde 1996), administrador do Banco de África Ocidental (desde 1997), administrador da Moçambique Companhia de Seguros (desde 2000) e vice-presidente do Banco de Desenvolvimento e Comércio de Moçambique (a partir de 2000).

A sua actividade política remonta aos tempos da universidade, quando se torna dirigente associativo e inspira o 1.^o Dia do Estudante e a Semana Universitária, como manifestações da resistência e afirmação do movimento académico.

Pela mesma altura, participa activamente no Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUD Juvenil), tendo apoiado as candidaturas à Presidência da República do general Norton de Matos, do professor Ruy Luís Gomes e do general Humberto Delgado. Após o derrube da Ditadura, virá a integrar os IV e V Governos Provisórios, nas funções de ministro das Finanças (de 26 de Março a 8 de Agosto de 1975 e de 8 de Agosto a 10 de Setembro de 1975).

FRANCISCO DE ALMEIDA SALGADO ZENHA

Francisco de Almeida Salgado Zenha nasceu em Braga, a 2 de Maio de 1923, e veio a falecer em Lisboa, no dia 1 de Novembro de 1993. Era filho do médico Henrique de Araújo Salgado Zenha e de Ernestina Mesquita de Almeida e Silva.

Após a conclusão dos estudos liceais em Braga, onde se criou no seio de uma família católica, ingressa na Universidade de Coimbra, aí se licenciando em Direito.

Embora venha a dedicar-se, profissionalmente, à advocacia, destacando-se na defesa de presos políticos e de católicos críticos do regime e da figura que o personificava, António de Oliveira



COLEÇÃO FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES

Salazar, a sua vida será, desde muito cedo, dominada pela intervenção política activa. Aderindo ao Partido Comunista Português no início da década de 1940, torna-se, em Dezembro de 1944, no primeiro aluno eleito presidente da Associação Académica de Coimbra, de cujas funções virá a ser demitido em Maio do ano seguinte, pelo facto de essa entidade estudantil ter declinado, em Assembleia Magna, o convite feito pelo reitor para se deslocar a Lisboa a fim de agradecer ao presidente do Conselho a neutralidade durante a guerra. Em finais de 1945, passa a ser responsável pela organização estudantil de Coimbra da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas e, nessa qualidade, participa nas reuniões que conduzirão, a curto prazo, à criação do Movimento de Unidade Democrática Juvenil – lançado, de facto, em Abril de 1946 e de cuja primeira comissão central fará parte. Enquanto membro desse movimento oposicionista, é preso em 1947 e em 1949, a última das vezes no rescaldo das eleições presidenciais, pelo apoio prestado à candidatura do general Norton de Matos. Dois anos após a liberdade condicional, obtida em 1953, adere à Resistência Republicana e Socialista, criada por Mário Soares e por antigos companheiros do Partido Comunista Português, formação que havia deixado em 1949. Gozando de liberdade efectiva a partir de 1958, volta, no ano a seguir, ao activismo político, ora como apoiante da candidatura presidencial do general Humberto Delgado, ora como subscritor de uma representação a Salazar, em que sugere ao presidente do Conselho que abandone o poder.

Na década de 1960, protagoniza uma série de iniciativas e acontecimentos, de que se destacam a participação no Programa para a Democratização da República (1961), o regresso à prisão (1961), a adesão à Acção Socialista Portuguesa (1964), a entrada para a redacção da revista *O Tempo e o Modo*, as candidaturas a deputado nas listas da oposição (1965 e 1969) e a presença no II Congresso Republicano, como representante do seu partido (1969).

Na sequência do 25 de Abril de 1974, é nomeado ministro da Justiça dos I, II, III e IV Governos Provisórios (nessas funções, celebra o Protocolo Adicional à Concordata de 1940, pelo qual se consagra o divórcio no seio dos casamentos católicos, e dá impulso à figura do Provedor de Justiça, criada pelo Decreto-Lei n.º 212/75, de 21 de Abril) e ministro das Finanças do VI Governo Provisório, entre 19 de Setembro de 1975 e 22 de Julho de 1976. Entre 1974 e 1982 integra a direcção do Partido Socialista (em cuja fundação, em 1973, havia participado, não sem alguma relutância) e assume a presidência do respectivo grupo parlamentar.

Entrando, entretanto, em ruptura política com Mário Soares (ocasionada pela questão do apoio político ao general Ramalho Eanes), virá a disputar com ele as eleições presidenciais de 1986, nas quais, apoiado pelo Partido Comunista Português e Partido Renovador Democrático, não passará, todavia, à segunda volta.

A partir de então, a sua intervenção política entrará em recuo, embora se destacasse, nos últimos anos de vida, como defensor dos direitos cívicos das populações.

Na obra escrita, notabilizou-se pela autoria de textos de carácter jurídico, mais especificamente,

peças de processo, de que se destacam *Universidade – Processo de Uma Expulsão Disciplinar* (1967), *O Direito da Defesa e a Defesa do Direito* (em colaboração com Abranches Ferrão; 1971), *A Prisão do Dr. Domingos Arouca* (1972) e *O Caso da Capela do Rato no Supremo Tribunal de Justiça* (1973). Com base nas ideias por si defendidas durante a campanha presidencial de 1986, viria ainda a publicar, em 1988, a obra intitulada *As Reformas Necessárias*.

HENRIQUE MEDINA CARREIRA

Henrique Medina Carreira nasceu a 14 de Janeiro de 1931.

É filho de António Barbosa Carreira, historiador, e de Carmen Medina Carreira.

Licenciado em Direito e em Pedagogia, tem, igualmente, o curso equivalente ao actual bacharelato em Engenharia Mecânica, havendo ainda frequentado o curso de Economia do Instituto Superior de Economia.

Depois de exercer o lugar de técnico fabril de fundição do aço, dedicou-se à advocacia, à consultoria em empresas e à docência universitária, a última das quais exercida no Instituto Superior de Gestão, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa e Instituto Superior de Estudos Financeiros.

A par da sua carreira profissional, tem exercido outras funções, como a de membro do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, membro do Conselho Fiscal da Fundação Oriente, vice-presidente do Conselho Nacional do Plano, presidente da Comissão de Reforma de Tributação do Património, presidente da Direcção da Caixa dos Advogados e vogal eleito do Conselho Superior da Companhia de Seguros Sagres. Ao nível político, começou por desempenhar o cargo de subsecretário de Estado

do Orçamento, durante o VI Governo Provisório (entre 16 de Outubro de 1975 a 22 de Julho de 1976), o qual deixou de exercer para assumir, logo de seguida, as funções de ministro das Finanças do I Governo Constitucional (entre 23 de Julho de 1976 e 30 de Janeiro de 1978).

Autor de obra vária, ao lado de títulos como *Manual de Direito Empresarial* (1972), *O Volume das Despesas Públicas e Investimento* (1986), *Concentração de Empresas e Grupos de Sociedades* (1992), *Que Reformas, Que Saúde, Que Futuro?* (1995) e *As Políticas Sociais em Portugal* (1996), destacam-se os escritos que versam sobre fiscalidade, tema em que se tornou um reconhecido especialista: *Esboço Histórico do Regime Fiscal Português entre 1922 e 1980* (1983), *O Actual Sistema Fiscal Português – Síntese* (1983), *A Fiscalidade e o Mercado Português de Capitais* (1983), *A Situação Fiscal em Portugal* (1984), *Fiscalidade e Administração Local* (1984), *Fiscalidade e Trabalho em Portugal* (1984), *Finanças Públicas e Sistema Fiscal* (1985), *Imposto sobre o Valor Acrescentado: Oportunidade, Problemas e Financiamento da Administração Local* (1985), *Alguns Aspectos Sociais, Económicos e Financeiros da Fiscalidade Portuguesa* (1986), *Contributo para a Análise da Reforma Fiscal* (1988), *Uma Outra Perspectiva da Reforma Fiscal* (1988), *A Carga Fiscal sobre o Investimento em Portugal e Espanha* (1990), *Uma Reforma Fiscal Falhada?* (1990), *A Família e os Impostos* (1995), *A Tributação do Património* (1995), *Projecto da Reforma da Tributação do Património* (em co-autoria, 1999), *Notas sobre o Estado da Nossa Fiscalidade* (2000) e *Reformar Portugal – 17 Estratégias de Mudança* (em co-autoria, 2002).

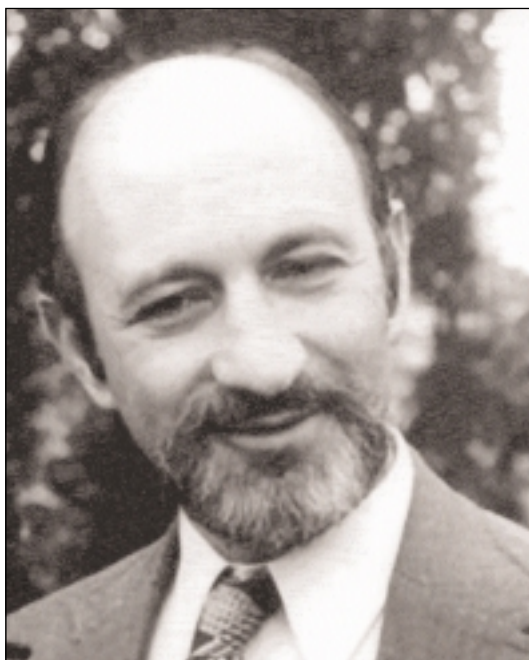


FOTO CEDIDA POR H.M.C.

VÍTOR MANUEL RIBEIRO CONSTÂNCIO

Vítor Manuel Ribeiro Constâncio nasceu em Lisboa, a 12 de Outubro de 1943.

É filho de António Francisco Constâncio e de Ester Ribeiro Vieira Constâncio.

Depois de concluir a licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, frequentou a Universidade de Bristol e, entre 1965 e 1973, fez carreira na docência.

Retomaria essa actividade em 1989, como professor de Economia da Universidade de Lisboa, no mesmo ano em que obteve o título de professor catedrático convidado do Instituto Superior de Economia e Gestão.

Além do ensino, o seu percurso profissional tem-se ligado ao Banco de Portugal, onde iniciou actividade em 1976, como director do Departamento de Estatística e de Estudos Económicos, deixando essas funções logo em 1977, quando é nomeado vice-governador da instituição, cargo que retomaria em 1979 e entre 1981 e 1984, antes de assumir, por fim, o lugar de governador – a primeira das vezes, no período de 1985-1986 e, a segunda, desde Fevereiro de 2000 até à actualidade.

Paralelamente, tem desempenhado outros cargos, como o de presidente da Comissão para a Integração Europeia (em 1977 e em 1979), consultor económico e administrador do Banco Português de Investimento (em 1991 e de 1995 a 2000, respectivamente) e administrador não-executivo da EDP – Electricidade de Portugal (entre 1998 e 2000).

Ao nível político, começou por se destacar como secretário de Estado do Planeamento Económico dos I e II Governos Provisórios (1974-1975),

aderindo formalmente ao Partido Socialista no último desses anos.

Em 1976, seria a vez de assumir as funções de secretário de Estado do Orçamento e do Planeamento do VI Governo Provisório e de ser eleito deputado à Assembleia da República – lugar para o qual foi de novo mandatado em 1980, 1982 e 1987 e a que acabaria por renunciar em 1991.

Ascendeu, por fim, à alta esfera governativa em 1978, ao ser nomeado ministro das Finanças e do Plano do II Governo Constitucional, no mesmo período em que ingressou no Secretariado Nacional do Partido Socialista. Deste grupo político, veio a ser eleito secretário-geral em 1986 e em 1988, embora não tivesse cumprido o seu segundo mandato até ao fim.

Membro actual do Conselho de Estado, é autor de diversas obras, com destaque para *Coerência e Rigor*.



QUADRO DE LUÍS PINTO COELHO, 1987. COLECÇÃO BANCO DE PORTUGAL

MANUEL JACINTO NUNES

Manuel Jacinto Nunes nasceu em Lisboa, em 1926.

Aluno universitário desde 1944, licenciou-se, quatro anos depois, em Ciências Económicas e Financeiras no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, aqui iniciando a sua carreira de professor em 1948, como segundo-assistente.

No ano seguinte, teve um papel activo na reforma curricular, a qual se reconheceu ser “um decisivo contributo para o avanço dos estudos económicos em Portugal”.

Entre 1950 e 1952, assume a regência de cadeiras de Economia no Instituto Superior Técnico, voltando a essas funções entre 1954 e 1974, mas, desta vez, ao serviço do Instituto de Altos Estudos Militares.

Entretanto, em 1957, ano em que se doutora em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, com 19 valores, defendendo a tese “Rendimento Nacional e Equilíbrio Orçamental”, é promovido a primeiro-assistente, de onde passará a professor extraordinário, em 1961, e a professor catedrático, em 1963, ambas as categorias obtidas por concurso, após aprovação por unanimidade.

Director do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras no biénio 1968-1970, será, entre o ano seguinte e 1974, vogal da Junta Nacional de Educação, vindo a ocupar semelhante posição em diversos organismos de acompanhamento e avaliação do ensino superior. Depois de se jubilar no Instituto Superior de Economia e Gestão em 1996, a sua carreira académica – decisiva para a divulgação dos

princípios económicos keynesianos em Portugal – é superiormente reconhecida pela Universidade de Coimbra em 2002, que lhe confere, então, o título de Doutor *Honoris Causa* em Economia. Paralelamente à vida académica, desempenhou variadíssimos cargos e funções.

Mal conclui a licenciatura, é admitido como técnico no Ministério da Economia, onde, até 1951, teve a seu cargo as negociações do Plano Marshall, do desarmamento aduaneiro, da adesão à Carta de Havana e de diversos acordos bilaterais.

Entre 1954 e 1955, é consultor da Siderurgia Nacional, cujo projecto assinou em parceria com o engenheiro Nobre da Costa, no último dos referidos anos.

Restabelecerá contacto com a OECE entre 1959 e 1965 – onde representa Portugal no Comité de Política Económica – e, durante esse período, participa em três negociações com objectivos diferentes: a adesão do País ao Fundo Monetário Internacional (de que será governador, por parte de Portugal, entre 1960 e 1975 e entre 1980 e 1985); a obtenção do primeiro empréstimo externo do pós-guerra (1961) e o financiamento da Ponte sobre o Tejo (1961-1962).

Nomeado, em 1960, vice-governador do Banco de Portugal, cujas funções abraça até 1974, voltará ao palco das negociações no biénio de 1972-1973, por ocasião do financiamento de Cahora Bassa, mas não sem antes participar como vogal na Comissão da Reforma Administrativa e no Conselho Superior de Fomento Ultramarino.

Em 1974, é nomeado governador do Banco de Portugal e passa a presidir à Câmara de



QUADRO DE SÁ NOGUEIRA, 1985, COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

Comércio Luso-Britânica, deixando aquelas funções cerca de oito meses depois, em Maio de 1975, e mantendo-se nas últimas até 1983. Entre 1976 e 1980, encontra-se na Caixa Geral de Depósitos, como administrador-geral e presidente do Conselho de Administração, cargo que acumula com o de presidente do Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, entre 1976 e 1977, e com o de governador, por parte de Portugal, do Banco Mundial, entre 1978 e 1979. Vogal da Comissão Revisora de Contas da Fundação Calouste Gulbenkian a partir de 1979, regressa, no ano seguinte, à governação do Banco de Portugal, onde permanece até 1985. Torna-se, então, presidente do Conselho de Administração da Alcântara – Sociedade de Empreendimentos Açucareiros, em cujo exercício se manterá até 1991, dividindo-se, de permeio, entre a consultoria económica na Caixa Geral de Depósitos (1986-1988), a presidência da Assembleia Geral do Montepio Geral (desde 1986), a presidência do Conselho Directivo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (desde 1988) e a presidência da Sociedade Financeira Fiseco (entre 1989 e 1992).

A sua participação política traduziu-se, fundamentalmente, no exercício dos cargos de subsecretário de Estado do Tesouro (1955-1959), vice-primeiro-ministro para os Assuntos Económicos e Integração Europeia e ministro das Finanças e do Plano (ambos, entre 22 de Novembro de 1978 e 8 de Agosto de 1979, na vigência do IV Governo Constitucional), embora também tivesse sido procurador à Câmara Corporativa, entre 1962 e 1974.

Sócio e membro de várias agremiações de âmbito cultural e económico, de que se destacam

a Academia das Ciências de Lisboa, a Sociedade de Geografia, a American Economic Association e a Econometric Society, foi agraciado com as grã-cruzes da Ordem da Instrução Pública, da Ordem do Cruzeiro do Sul, da Ordem do Visconde do Rio Branco, da Ordem do Infante e de Mérito Civil. Foi ainda feito Oficial da Legião de Honra, Commander of the Order of the British Empire e Grande Oficial da Ordem de Cristo, a que se junta, por fim, a Medalha de Prata por serviços distintos prestados ao Exército português. Autor de numerosos estudos económico-financeiros, com destaque para *Estrutura da Economia Portuguesa* (em parceria, 1954), *Dívida Pública e Rendimento Nacional*, *Desenvolvimento Económico e Planeamento*, *Keynes e a Nova Política Económica* e *De Roma a Maastricht* (1993), dirigiu, também, a colecção “Estudos de Economia Moderna” e foi consultor principal da colecção “História do Pensamento Económico Português”.

ANTÓNIO LUCIANO PACHECO DE SOUSA FRANCO

António Luciano Pacheco de Sousa Franco nasceu em Lisboa, em 1942, e veio a falecer em Matosinhos, a 9 de Junho de 2004.

Era filho de António Sousa Franco, médico, e de Maria de Jesus Pacheco, professora de História.

Havendo ponderado seguir o curso de Engenharia, acabou por escolher a licenciatura em Direito, que concluiu, em 1964, na Universidade de Lisboa, com a média de 18 valores.

Em 1965, completaria, na mesma universidade, o mestrado em Ciências Político-Económicas e iniciava estudos de pós-graduação na Universidade de Paris, com François Perroux, que concluiu no ano seguinte.

Sucedendo-se, por fim, o doutoramento em Direito, que obteve, uma vez mais, pela Universidade de Lisboa, em 1972.

Iniciou a sua actividade docente nesta universidade, em 1966, como assistente da Faculdade de Direito, da qual viria a ser professor auxiliar (1972), professor associado (1977) e, finalmente, professor catedrático (1979), por concurso de provas públicas.

Ainda no último desses anos, torna-se presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Lisboa, lugar que exerce até 1985, e inicia uma longa colaboração com a Universidade Católica Portuguesa, nela participando como professor ordinário da Faculdade de Ciências Humanas (desde 1979), professor ordinário e director da Faculdade de Direito (desde 1989 e de 1989 a 1995, respectivamente) e professor titular da cadeira Jean Monnet de Direito Comunitário (desde 1994).

Foi, ainda, professor convidado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra,

entre 1981 e 1983, e professor visitante e conferencista noutras universidades nacionais e em universidades europeias, americanas e africanas, desenvolvendo, a par da docência, trabalho de investigação nas áreas de finanças públicas e direito financeiro e de direito da economia e direito comunitário.

Por outro lado, exerceu a actividade de jurista no Centro de Estudos Fiscais do Ministério das Finanças (de 1965 a 1968 e de 1973 a 1974), colaborou com as Nações Unidas, o Banco Mundial, a OCDE e o PNUD, dirigiu o sector económico do Gabinete de Estudos da SACOR, SARL (entre 1968 e 1972), e foi vice-presidente do Conselho de Administração da Companhia Nacional de Petroquímica, SARL (entre 1972 e 1974), administrador da Caixa Geral de Depósitos (entre 1974 e 1975), conselheiro-presidente do Tribunal de Contas (entre 1986 e 1995) e presidente do Conselho de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, da Câmara de Comércio do Porto e das associações comerciais de Lisboa e Porto (entre 1993 e 1995).

No que toca à participação cultural e cívica, era sócio da Academia das Ciências de Lisboa – Classe de Letras e membro de várias sociedades científicas nacionais e internacionais, além de ter presidido ao Conselho Nacional de Educação, entre 1987 e 1993.

No mundo da política, a sua intervenção evidencia-se no período de 1970-1972, como militante e dirigente da Acção Católica Portuguesa, embora se tornasse mais activa com a instauração do regime democrático, começando por colaborar na elaboração dos

estatutos do Centro Democrático e Social (CDS), conquanto se filiasse, ainda em 1974, no Partido Popular Democrático/Partido Social-Democrata (PPD/PSD).

Após ter presidido à Comissão que elaborou a Lei de Imprensa, publicada em 1975, integrou o VI Governo Provisório, na qualidade de secretário de Estado das Finanças, que exerceu entre Janeiro e Julho de 1976.

Enquanto membro do PPD/PSD, foi eleito deputado à Assembleia da República nas eleições legislativas de 25 de Abril de 1976, em cujo mandato haveria de desempenhar os lugares de vice-presidente da Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano, até 1978, e de presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus, em 1979.

Data deste ano a sua primeira nomeação para o cargo de ministro das Finanças, do Governo liderado por Maria de Lurdes Pintasilgo, que exerceu entre Agosto de 1979 e Janeiro de 1980, convencido que foi a aceitá-lo pelo cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, de quem era amigo.

Na sequência da sua ruptura com o PPD/PSD – dada em meados de 1979, depois de ter sido líder do partido durante quatro meses, entre 1977 e 1978 –, funda a Acção Social-Democrata Independente (ASDI) e, coligado com o Partido Socialista na Frente Republicana Socialista, candidata-se, uma vez mais, à Assembleia da República nas eleições de 1980, vindo a exercer o mandato de deputado até ao ano seguinte.

Regressaria ao exercício de cargos governamentais em 1995, quando em Outubro desse ano é nomeado, como independente, ministro das Finanças do XIII Governo

Constitucional, em cujo exercício se manteria até Outubro de 1999.

Durante esse período, com início em 1996, representou o Partido Socialista no grupo do Partido dos Socialistas Europeus (PSE), devendo-se-lhe a redacção da declaração de Atenas sobre “Crescimento, Emprego e Coesão Social”, produzida em 1997, e da declaração do PSE sob o nome “A Nova Via Económica. Reformas Económicas na UEM”, datada de 1998.

Na altura do seu falecimento, liderava a lista de candidatos do Partido Socialista às eleições europeias desse ano.

Entre as várias condecorações com que foi agraciado, salientam-se as grã-cruzes das ordens de Cristo e do Rio Branco (Brasil) e o grau de cavaleiro da Ordem de Mérito da República Italiana.

Foi director da revista *Direito e Justiça*, entre 1989 e 1995, e membro do conselho editorial de vários periódicos científicos, como, por exemplo, a *Common Market Law Review*. É, ainda, responsável pela autoria de cerca de 1200 títulos, de que se destacam *Observações sobre a Formação do Capital numa Economia em Desenvolvimento* (1966), *O Sistema Fiscal Português e o Desenvolvimento Económico e Social* (1969), *Políticas Financeiras e Formação do Capital* (1972), *Questões Financeiras* (1972), *Manual de Finanças Públicas e Direito Financeiro* (1974), *Sistema Financeiro e Constituição Financeira no Texto Constitucional de 1976* (1979), *A Revisão da Constituição Económica* (1982), *Noções de Direito da Economia – 1* (1983), *Finanças Públicas Portuguesas – Os Subsectores Institucionais* (1991), *Finanças Públicas e Direito Financeiro* (1998), *Reform of the Portuguese Court of Auditors* (1992),

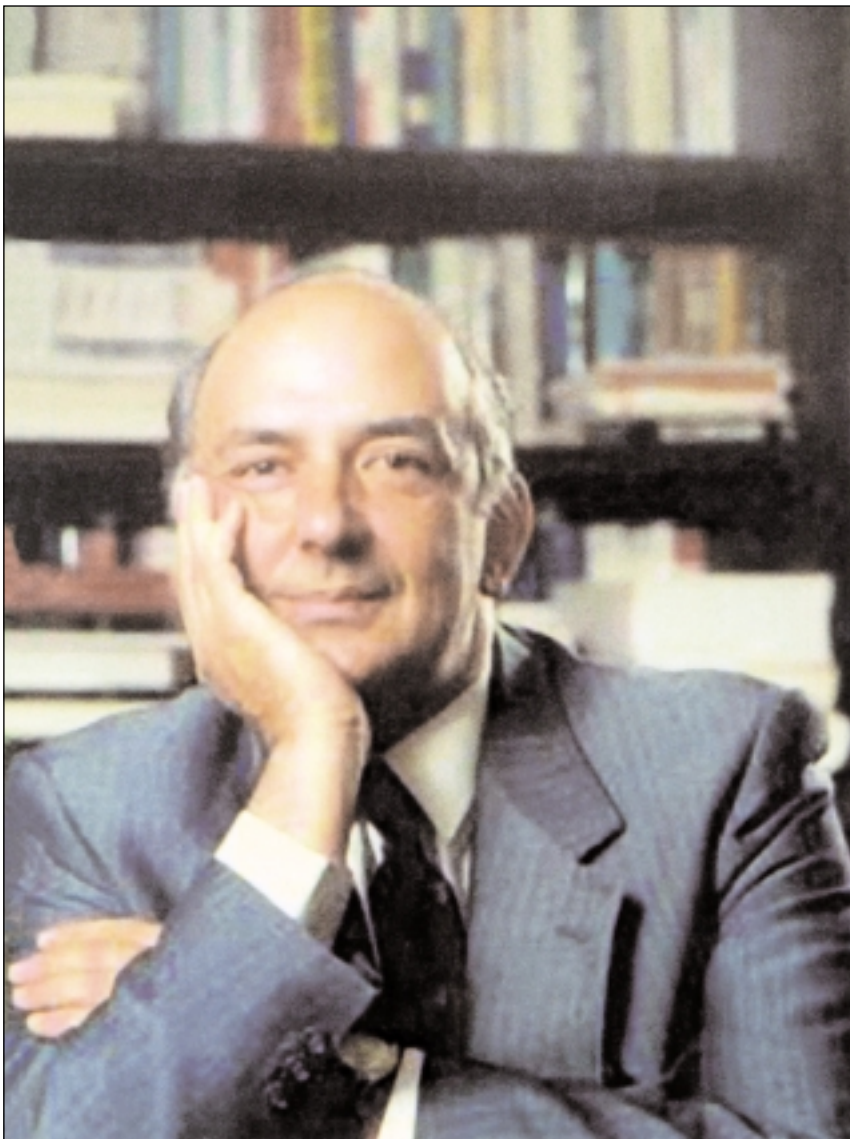


FOTO DE EDUARDO GAGEIRO, CEDIDA PELO TRIBUNAL DE CONTAS

A Constituição Económica Portuguesa – Ensaio Interpretativo (em colaboração, 1996), Origem e Evolução do Tribunal de Contas de Portugal (em colaboração, 1993), El Principio de la Libertad de Empresa en la Constitución Portuguesa (1993), Finanças Europeias – 1 (em colaboração, 1994), El Control de la Administración Pública en Portugal (1994), O Presente e o Futuro das Instituições de Controlo Financeiro com Natureza Jurisdicional (1994), Os Tribunais de Contas de Portugal e da União Europeia no Contexto dos Sistemas de Controlo (1994), Dinheiros Públicos, Julgamento de Contas e Controlo Financeiro no Espaço de Língua Portuguesa (1995 e 1997), Unidos pela Língua Portuguesa (1995), The Supreme Audit Institution and its Relation to Jurisdiction (1995); Políticas Económicas e Financeiras – O Quadro Estrutural e Institucional (1995), Colectânea de Legislação de Direito Económico (em colaboração, 1996), Considerações sobre o Problemática das Relações Financeiras do Estado com as Regiões Autónomas (1996) e Palavras no Tempo (em colaboração, 4 vols., 1996-1998).

ANÍBAL ANTÓNIO CAVACO SILVA

Aníbal António Cavaco Silva nasceu a 15 de Julho de 1939, em Boliquite, concelho de Loulé.

É filho de Teodoro Gonçalves Silva e de Maria do Nascimento Cavaco.

Concluída a licenciatura em Economia no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, tornou-se, em 1966, docente dessa instituição,



FOTO CEDIDA POR A. A. C. S.

até 1978. Depois de obter o grau de doutor pela Universidade de York, em 1974, passa pela Fundação Calouste Gulbenkian, como investigador, e vem a integrar os quadros docentes da Universidade Nova de Lisboa, onde se manteve desde 1978 até 2001, e da Universidade Católica Portuguesa, sendo em ambas professor catedrático.

Além do percurso académico, reconhecido, aliás, pelas Universidades de York e da Corunha, que lhe atribuíram o título de Doutor *Honoris Causa*, foi ainda director do Departamento de Estatística e Estudos Económicos do Banco de Portugal e consultor deste organismo. Filiado no Partido Popular Democrático/Partido Social-Democrata desde Maio de 1974, fará a sua aparição política no lugar de ministro das Finanças e do Plano do VI Governo Constitucional, entre 3 de Janeiro de 1980 e 9 de Janeiro de 1981, data da morte do Dr. Francisco Sá Carneiro, primeiro-ministro de então. Ainda em 1981, é nomeado membro do Conselho Nacional do Partido Social-Democrata e presidente do Conselho Nacional do Plano, lugar que ocupa até 1984.

Regressaria à ribalta política em 1985, quando, depois de assumir a liderança do Partido Social-Democrata em Maio desse ano e romper a coligação com o Partido Socialista, provocando com esta atitude a realização de eleições legislativas, de que saiu vencedor, foi empossado primeiro-ministro do X Governo Constitucional. Embora o seu primeiro executivo não tivesse durado até ao fim da legislatura (por depender de uma minoria relativa no Parlamento), o partido por si liderado voltaria a ganhar as eleições



legislativas de 1987, com maioria absoluta, o que constituiu um facto político sem precedentes, repetindo tal feito nas eleições homólogas de 1991, pelo que assumiu a presidência dos XI e XII Governos Constitucionais.

Ao findar, em 1995, os seus mandatos como presidente do Partido Social-Democrata e primeiro-ministro, ainda se candidataria, sem êxito, às eleições presidenciais de 1996, sucedendo-se, desde então, um período de afastamento político e partidário, só interrompido em 2005, quando assumiu a sua segunda candidatura ao órgão máximo de soberania nacional.

Entre os prémios que recebeu, contam-se o Joseph Bench (em 1991, pela contribuição para a construção europeia), o Freedom Prize (em 1995, pelo trabalho enquanto economista e político) e o Carl Bertelsmann (em 1995, devido aos

resultados conseguidos pelo País no combate ao desemprego).

Membro da Real Academia de Ciências Morais e Políticas de Espanha e do Comité Executivo do Clube de Madrid, tem sido agraciado com as mais diversas condecorações, de que se destacam a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, Grã-Cruz da Ordem do Mérito da Alemanha, Grande Insignia de Honra ao Mérito de Ouro (com Banda da Áustria), Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz da Ordem do Congresso Nacional do Brasil, Grã-Cruz da Ordem de Isabel, a Católica de Espanha, Grã-Cruz da Ordem da Rosa Branca da Finlândia, Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito de França, Grã-Cruz da Ordem da Honra da Grécia, Grã-Cruz da Ordem da Orange Nassau da Holanda, Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Itália, Grã-Cruz da Ordem da Coroa de Carvalho do Luxemburgo, Grande Cordão da Ordem do Ouissam Allaouite de Marrocos, Grã-Cruz – Classe Especial – da Ordem Pro Merito Melitensi (Ordem Soberana de Malta) e Grã-Cruz da Ordem da Estrela Polar da Suécia.

Além de ter dirigido a revista *Economia* da Universidade Católica Portuguesa, é também autor de vários artigos e livros, como *Economic Effects of Public Debt* (1977), *Finanças Públicas e Política Macroeconómica* (em parceria, 1982), *As Reformas da Década* (1995), *Portugal e a Moeda Única* (1997), *União Monetária Europeia – Funcionamento e Implicações* (1999) e *Autobiografia Política I e II* (2002 e 2004). Eleito Presidente da República em 2006.

JOÃO ANTÓNIO MORAIS LEITÃO

João António Morais Leitão nasceu em São Pedro, concelho da Covilhã, a 4 de Setembro de 1938, e veio a falecer em Lisboa, a 18 de Fevereiro de 2006.

Era filho de Amadeu da Silva Leitão e de Maria da Luz Matos de Morais da Silva Leitão.

Após a licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa, dedicou a sua vida profissional à área das leis, ora como director do Contencioso do Banco Pinto e Sotto Mayor, até 1968, ora como advogado da sociedade Morais Leitão, J. Galvão Teles & Associados, a qual co-fundou e de que foi sócio principal até 1 de Janeiro de 2004, altura em que saiu por passagem à reforma.

Membro da Ordem dos Advogados desde 1962, nela exerceu as funções de primeiro vice-

presidente do Conselho-Geral, entre 1990 e 1992, e de vogal do Conselho Superior, entre 1996 e 1998.

Além da esfera jurídica – à qual continuou, de resto, ligado, pela intervenção em arbitragens comerciais internacionais e como vogal do Conselho Directivo da secção portuguesa da Association Internationale de Droit des Assurances –, desempenhou o cargo de administrador-delegado da Companhia de Seguros Mundial-Confiança, até Março de 1975, e exerceu as funções de presidente do

Conselho de Administração da Lusoponte, de presidente da Mesa da Assembleia Geral de várias empresas (como a Impresa, a Portucel, a Galp Energia e sociedades do Grupo Queiroz Pereira) e de presidente do Conselho Fiscal da Sedes – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, desde 1976 a 2004, exceptuando o biénio 1978-1980, em que integrou o Conselho Coordenador da referida associação.

Ao nível político, começa por se destacar como uma das personalidades que subscreveram a declaração de princípios do Centro Democrático e Social, estando, assim, ligado à fundação desse partido, em 1974.

No início da década seguinte, não só integraria os VI e VII Governos Constitucionais, nos cargos de ministro dos Assuntos Sociais e de ministro das Finanças, respectivamente, como seria eleito deputado à Assembleia da República, nas eleições de 1980 e 1983.

Distinguiu-se, igualmente, como autor de diversas publicações de âmbito jurídico e económico, como *A Indústria de Seguros em Portugal* (Lisboa, 1973), *A Extinção das Obrigações por Dação em Cumprimento* (Lisboa, 1979), *O Investimento Estrangeiro em Portugal – Contributos para o Desenvolvimento de Um Regime Jurídico* (Lisboa, 1979), *Mercado de Capitais – Algumas Notas* (Lisboa, 1983) e *The Project Finance of the New Tagus Roadcrossing – A Case Study* (Euromoney, 2000).



IN O ESCUDO/BANCO DE PORTUGAL

JOÃO MAURÍCIO FERNANDES SALGUEIRO



FOTO CEDIDA PELA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

João Maurício Fernandes Salgueiro nasceu no lugar de Merelim, concelho de Braga, a 4 de Setembro de 1934.

É filho de João Baptista Salgueiro e de Maria Amélia Torres Fernandes Salgueiro.

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, com frequência do curso pós-universitário de Planeamento Económico, na Haia, encetou a sua carreira profissional como economista do Banco de Fomento Nacional, no período de 1959 a 1963. Entre 1961 e 1969, assume os lugares de assistente e regente das cadeiras de Teoria Económica e Desenvolvimento Económico naquele instituto, acumulando, desde 1965, as funções de director do Planeamento e de secretário técnico da Presidência do Conselho, as quais sobraçará até 1969.

O seu percurso na administração pública prossegue em Janeiro de 1972, data em que passa a presidir à Junta de Investigação Científica e Tecnológica, onde se mantém até Setembro de 1974. Em Agosto deste ano, torna-se vice-governador do Banco de Portugal, deixando esse lugar em Março de 1975. Voltará a integrar os altos quadros do Estado na década seguinte, primeiro, como presidente do Instituto de Investimento Estrangeiro, em 1981, e, depois, como presidente do Conselho de Administração do Banco de Fomento e Exterior, entre 1983 e 1992. A partir deste período, regressa às funções docentes, quer na qualidade de professor convidado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Católica (1985-1986) e da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (leccionando, aqui, as cadeiras de Economia Portuguesa, entre 1986 e 2003,

e de Gestão Bancária, entre 1992 e 1993), quer como professor do Instituto Superior de Gestão (onde foi responsável pela disciplina de Integração Europeia, de 1992 a 1995). Em 1996, ascende, uma vez mais, à presidência do Conselho de Administração de duas outras entidades bancárias estatais, o Banco Nacional Ultramarino e a Caixa Geral de Depósitos, em cujas funções se manterá até 1999. Actualmente, é presidente da Associação Portuguesa de Bancos e vice-presidente do Conselho Económico Social.

O seu primeiro cargo de feição política assumiu-o entre Março de 1969 e Agosto de 1971, quando foi nomeado subsecretário de Estado do Planeamento. No período democrático, viria, depois, a ser investido no lugar de ministro de Estado e das Finanças do VIII Governo Constitucional, bem como a cumprir o mandato de deputado à Assembleia da República entre 1983 e 1985, na vigência do qual foi, igualmente, presidente da Comissão Parlamentar de Economia e Finanças.

Enquanto cidadão, destaca-se a sua participação na Sedes – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, a qual tem integrado desde a fundação até à actualidade, ora como vogal (1970, 1972, 1976, 1978 e 1981) e presidente do Conselho Coordenador (2001 e 2003), ora como presidente da Assembleia Geral (de 1985 a 2001). É também autor de diversas conferências, como *O Papel das TIC na Busca do Aumento de Produtividade* (2003), *Bi-multilateralidade do Relacionamento Português na Europa e Resto do Mundo* (2005) e *Fiscalidade e Competitividade Nacional* (2005).

ERNÂNI RODRIGUES LOPES



FOTO CEDIDA POR EL.

Ernâni Rodrigues Lopes nasceu em Lisboa, na freguesia de São Sebastião da Pedreira, a 20 de Fevereiro de 1942. É filho de Francisco Lopes de Almeida e de Palmira Rodrigues Gonçalves Lopes. Licenciado em Economia, em 1964, pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (Universidade Técnica de Lisboa), doutora-se na mesma disciplina pela Faculdade de Ciências Técnicas e Empresariais (Universidade Católica Portuguesa), no ano de 1982. Cumprindo, de seguida, o serviço militar na Armada, na condição de oficial da Reserva Naval, cedo se dedica ao ensino e à administração escolar, como assistente e encarregado de curso de cadeiras do 2.º grupo de Economia, no instituto acima referido, ocupando-se dessas funções entre 1966 e 1974. Retomará essa actividade em 1980, quando assume os lugares de director e professor de Economia do Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa, que mantém até ao presente, e de conferencista no curso de Defesa Nacional do Instituto de Defesa Nacional, onde se mantém até 2003. É, desde 1986, professor dos cursos do Programa de Alta Direcção de Empresas, na Associação de Estudos Superiores de Empresa, e exerceu, entre 1988 e 2003, os lugares de professor e coordenador da área de Economia do Instituto de Formação Bancária, bem como de membro do respectivo Conselho Pedagógico do Curso Avançado de Gestão Bancária. Entretanto, passou a acumular as funções de presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Gestão Bancária (entre 1991

e 2003), as de professor do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa e do Instituto de Estudos Europeus de Macau (ambas desde 1997) e as de presidente do Conselho de Administração do Instituto de Estudos Avançados do Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade (desde 2001). Desde 2003, é presidente do Conselho de Administração da Sociedade de Estudos Superiores de Contabilidade. Tem, igualmente, conduzido conferências no Instituto de Altos Estudos Militares (Curso Superior de Comando e Direcção e Curso de Estado-Maior), no Instituto de Altos Estudos da Força Aérea (Curso Superior de Guerra Aérea) e no Instituto Superior Naval de Guerra (Curso Superior Naval de Guerra), em vários anos lectivos. O seu percurso profissional não se tem, contudo, confinado aos círculos académicos. Logo em 1967, iniciou funções no Banco de Portugal, no lugar de assistente técnico do Serviço de Estatística e Estudos Económicos, no qual se manteve até 1974, altura em que se torna director desse departamento. Deixa essa instituição em 1975, embora volte a estar ao seu serviço nos períodos de 1985 a 1989 e de 1997 a 2003, como consultor económico e membro do respectivo Conselho Consultivo, respectivamente. Depois de exercer o cargo de embaixador em Bona no período de 1975 a 1979, é nomeado, no último desses anos, embaixador e chefe da Missão de Portugal junto das Comunidades Europeias, em Bruxelas, onde se mantém até 1983. Ainda no âmbito das relações internacionais, foi o comissário português do

Congresso Portugal-Brasil Ano 2000, entre 1997 e 2000, e representou o Governo português na Convenção Europeia, entre Maio de 2002 e Julho de 2003.

Desempenha o cargo de presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, SA, desde 2003, ano em que, por outro lado, terminou a sua participação no Conselho Consultivo do Instituto de Gestão do Crédito Público, iniciada em 1997.



IN O ESCUDO/ BANCO DE PORTUGAL

Mantém, desde 1962, a actividade de consultor económico de várias empresas, instituições e governos e é sócio-gerente da Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco (SaeR).

Além da presidência do Conselho-Geral da Associação Portuguesa de Economistas, que assumiu entre 1990 e 1998, desempenha outras funções em órgãos sociais de diversas entidades, como as de presidente do Conselho Fiscal da Fundação Cidade de Lisboa (desde 1989), presidente do Conselho-Geral da Associação Portuguesa de Analistas Financeiros (desde 1993), presidente da Assembleia Geral da Associação dos Oficiais da Reserva Naval (desde 1996), presidente da Assembleia Geral da Ordem dos Economistas (desde 1999), presidente do Conselho-Geral da Academia de Música de Santa Cecília (desde 1999), presidente do Conselho de Administração da Fundação Luso-Espanhola (desde 2000) e presidente do Conselho Fiscal do Instituto Humanismo e Desenvolvimento (desde 2001).

É, também, membro correspondente da Academia Internacional de Direito e Economia (Brasil), membro efectivo da Academia da Marinha, membro fundador do Instituto Humanismo e Desenvolvimento, sócio-fundador do CR XXI – Clube de Reflexão e membro da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Escada, havendo ainda pertencido à Comissão Nacional Justiça e Paz – Portugal, entre 1987 e 1996.

Do ponto de vista político, destacou-se como ministro das Finanças do IX Governo Constitucional, entre 1983 e 1985.

É comendador da Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

MIGUEL JOSÉ RIBEIRO CADILHE

Miguel José Ribeiro Cadilhe nasceu em Barcelos, a 10 de Novembro de 1944.

É filho de Agostinho Francisco Cadilhe e de Umbelina do Céu Azevedo Ribeiro Cadilhe. Obtida a licenciatura em Economia pela Universidade do Porto, com a mais elevada classificação do curso, assumiu funções docentes na faculdade onde se formou, nos períodos de 1968 a 1975 e de 1984 a 1985, havendo feito parte, entre 1977 e 1979, da Comissão



FOTO DE JOSÉ MIGUEL CADILHE

de Reestruturação desse estabelecimento de ensino.

Frequentou, ainda, o curso de Política Macroeconómica da London School of Economics, na condição de “research fee student”, entre 1981 e 1982.

Entretanto, em 1973, ingressa no Banco Português do Atlântico, no qual viria a exercer os cargos de director do Gabinete de Estudos Económicos, entre 1976 e 1985, e de administrador, além de ter presidido a várias empresas desse grupo bancário, de 1990 a 1992.

Entre Julho deste ano e Outubro de 1996, ocupa a presidência dos conselhos de administração do Banco de Fomento e Exterior e do Banco Borges e Irmão (Grupo Banco de Fomento) e conduz o processo de privatização dessas entidades bancárias.

Desde então e até 2001, foi administrador do Banco Comercial Português, bem como de outras empresas desse grupo financeiro, com destaque para o Banco de Investimento Imobiliário. Desempenhou o cargo de presidente do Conselho de Administração da Agência Portuguesa para o Investimento entre 2002 e Dezembro de 2005 e mantém-se como membro do Conselho Consultivo do Banco de Portugal, desde 1997.

A par da presidência da Fundação Portugal-África e da Fundação Hispano-Portuguesa Rei Afonso Henriques, que assumiu nos períodos de 1994 a 1996 e de 1997 a 2000, respectivamente, é presidente do Conselho Fiscal do Lugar do Desenho – Fundação Júlio Resende (desde 1995), membro do Conselho dos 24 da Associação Comercial do Porto (desde 1997),

membro do Conselho-Geral da Ordem dos Economistas (desde 2000) e membro do Conselho Superior da Fundação Ilídio de Pinho (desde 2000).

No plano político, destacou-se, inicialmente, como secretário de Estado do Planeamento do VI Governo Constitucional e, mais tarde, como ministro das Finanças dos X e XI Governos Constitucionais, em cujo exercício se manteve até Janeiro de 1990.

Entre as condecorações e prémios que granjeou, destacam-se as grã-cruzes das ordens do Mérito e do Cruzeiro do Sul e os galardões “Economista do Ano”, conferido pela Associação Portuguesa de Economistas, em 1992, e “Economista FEP”, conferido pela Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Economia do Porto, em 1995-1996.

São da sua autoria as publicações *Por Que Falha o Financiamento Obrigacionista da Empresa Portuguesa* (1970), *O Arranque da Inflação Portuguesa* (1972, reed. 1974), *Estratégia Macroeconómica para Portugal* (1984, reed. 1985), *Matemática Financeira Aplicada* (1984, várias reed.), *The Portuguese External Deficit and the Strategy of the Humps* (1984), *Perspectivas da Economia Portuguesa* (1986), *Ao Sabor da Estratégia* (1987), *Factos e Enredos – Quatro Anos no Ministério das Finanças* (1990), *Luzes e Sombras da UEM* (1990), *Tempos e Modos de Portugal na UEM* (1991), *Matematismos* (1991), *Política de Dividendos e Dupla Tributação* (1991), *Eficiência Empresarial dos Têxteis Portugueses* (1991) e *Trivialidades sobre Recessão e Défices Públicos* (1997, reed. 2004).

LUÍS MIGUEL COUCEIRO PIZARRO BELEZA

Luís Miguel Couceiro Pizarro Beleza nasceu em Coimbra, a 28 de Abril de 1950.

É filho do Dr. José Júlio Pizarro Beleza e da Dr.ª Maria dos Prazeres Lançarote Couceiro da Costa Pizarro Beleza.

Havendo concluído o curso de Economia, em 1972, pela Universidade Técnica de Lisboa, obteve a pós-graduação em Investigação Operacional pela Fundação Calouste Gulbenkian e, em seguida, o doutoramento em Economia pelo Massachusetts Institute of Technology, em 1979.

Neste ano, torna-se professor associado da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, ao mesmo tempo que passa a desempenhar as funções de técnico assessor do Banco de Portugal, o que se verifica até 1983. Entre 1984 e 1987, exerce funções no Fundo Monetário Internacional, em Washington, findas as quais regressa ao Banco de Portugal, para assumir o cargo de administrador até 1989. Voltaria, uma vez mais, em 1992, à entidade bancária central, no papel de governador, onde se manteve até 1994, exercendo, desde esta data, o cargo de consultor do Banco Comercial Português.

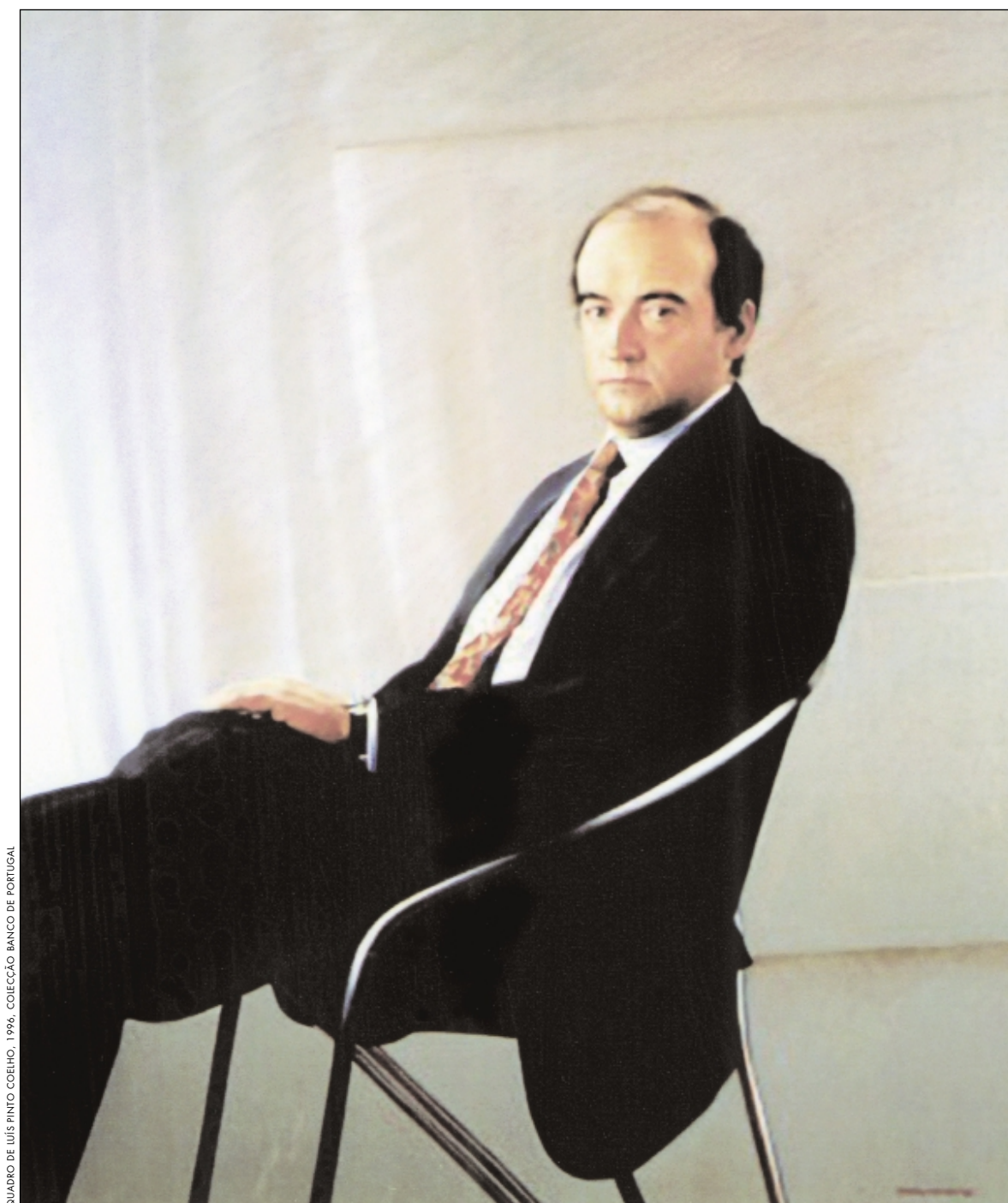
Em 1995, trabalhou como consultor do Fundo Monetário Internacional e tornou-se administrador não executivo da Siemens Portugal, onde, aliás, se mantém.

Fez ainda parte, em 2004, da Comissão de Avaliação Externa dos Cursos de Economia, na qualidade de vogal da respectiva 3.ª Subcomissão.

Ao nível político, interveio como ministro das Finanças do XI Governo Constitucional, em

substituição de Miguel Cadilhe, permanecendo nesse cargo até 1991.

É autor de várias obras e artigos, com destaque para *Portugal and the Internal Market of the EEC* (em parceria, 1990), *Implicit Taxes and Credit Ceilings: The Treasury and the Banks in Portugal* (em parceria, 1990), *A Mão Invisível* (em parceria, 1985), *Reflexões sobre o Endividamento* (2001) e *Bênção ou Maldição?* (2002), e tem participado em diversas conferências, como é o caso de *Política Orçamental – Estabilidade e Crescimento*, realizada em Janeiro de 2004, na Ordem dos Economistas.



QUADRO DE JUIZ PINTO COELHO, 1996. COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

JORGE AVELINO BRAGA DE MACEDO

Jorge Avelino Braga de Macedo nasceu em Lisboa, a 1 de Dezembro de 1946.

É filho do professor Jorge Borges de Macedo, historiador, e de Branca Rosa Mendonça Braga de Macedo.

Após a frequência do Liceu Francês – onde lhe foi conferido, em 1964, o diploma em Ciências Experimentais, reconhecido pela Universidade de Toulouse –, ingressou na Universidade de Lisboa, aí concluindo a licenciatura em Direito, em 1971.

Nos anos seguintes, frequentou a Universidade de Yale, nos Estados Unidos da América, onde obteve, não apenas o grau de mestre em Relações Internacionais, em 1973, como também os graus de mestre e doutor em Economia, o último dos quais em 1979.

O seu vínculo profissional à docência tem início em 1976, quando é admitido como assistente da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, na qual viria a apresentar-se a provas de agregação, em 1982, com aprovação por unanimidade, bem

como a ser promovido a professor associado, em 1987, e a professor catedrático, cuja nomeação definitiva alcançou em meados de 1996. Durante parte desse período (1980-1986), foi também professor auxiliar de Economia e Assuntos Internacionais na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Na década seguinte, além de ter assegurado a regência de várias cadeiras na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, encarregou-se do curso de Macroeconomia do Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação (anos lectivos de 1997-1998 e de 1998-1999) e da coordenação de dois cursos sobre Economia da Política de Cooperação Africana, realizados no “Nova Forum” entre Novembro de 1997 e Janeiro de 1999. Desde 2002, é regente das disciplinas de Desenvolvimento Internacional e de Fundamentos da Política Económica, no programa de mestrado do Institut d'Études Politiques, em Paris. A sua actividade docente na área da economia estendeu-se, de resto, às Universidades de Luanda e Yale, assim como ao Institut Européen d'Administration des Affaires (INSEAD) e ao Centre Européen d'Education Permanente (CEDEP), ambos em Fontainebleau. Entretanto, também se dedicou à área da investigação, ao tornar-se, em 1984, investigador associado do National Bureau of Economic Research, nos Estados Unidos da América, e, em 1985, investigador do Center for Economic Policy Research, em Londres. No último desses anos, passaria a acumular o cargo de director do Centro de Sócio-Economia do Instituto de Investigação Científica e Tropical.



Paralelamente à carreira académica, foi consultor de diversas entidades – de que se destacam a Confederação da Indústria Portuguesa (entre 1976 e 1988), o Banco Mundial, a United States Agency for International Development e os governos da Guiné-Bissau, de São Tomé e Príncipe e de Angola –, trabalhou no Departamento de Pesquisa do Fundo Monetário Internacional (em 1978-1979) e integrou a Comissão de Reforma Fiscal do Ministério das Finanças (no período de 1984 a 1988). É também gerente da Braga de Macedo

Consultores e da TEcFinance, Ld.ª, empresas que fundou e co-fundou em 1995 e 1997, respectivamente. No plano político, começou por ser nomeado, em Dezembro de 1988, para o lugar de director das Economias Nacionais (Direcção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros da Comissão Europeia), o qual exerceu até Agosto de 1991, altura em que assumiu as funções de director-geral adjunto do Orçamento. Ainda em 1991, após ter sido eleito deputado à Assembleia da República pelo Partido

Social-Democrata, nas eleições legislativas realizadas em Outubro desse ano, foi nomeado ministro das Finanças do XII Governo Constitucional, em cujo exercício se manteve até 7 de Dezembro de 1993.

Membro do Conselho de Jurisdição Nacional do Partido Social-Democrata entre Novembro de 1992 e Fevereiro de 1995, viria ainda a presidir à Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República até ao fim da VI Legislatura, depois de ter sido eleito para essas funções em Março de 1994, por unanimidade.

Entre as funções de carácter cívico e associativo que tem desempenhado, recorde-se as de sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa (desde 1985), sócio-fundador da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação (desde 1986-1988), membro eleito do Conselho da European Economic Association (entre 1987 e 1992), representante, em Portugal, da Fundação para a História da Civilização Europeia (desde 1995), presidente da Comissão das Comunidades Lusófonas da Sociedade de Geografia de Lisboa (desde 1997) e sócio correspondente da secção de Economia Política da Academia das Ciências de Lisboa (desde 1997). Ainda neste âmbito, é de salientar a sua adesão, em 1988, ao Grupo Português da Comissão Trilateral, ao qual preside desde 1995 (havendo promovido, em 1996, a criação do Fórum Portugal Global, destinado a apoiar a internacionalização das empresas portuguesas), ano em que também se tornou membro do comité executivo europeu daquela organização internacional.

É autor de vasta obra publicada, nos domínios da economia, política, relações internacionais e direito.



IN O ESCUDO / BANCO DE PORTUGAL

EDUARDO DE ALMEIDA CATROGA



FOTO CEDIDA POR E.C.

Eduardo de Almeida Catroga nasceu em São Miguel de Rio Torto, concelho de Abrantes, a 14 de Novembro de 1942.

É filho de José Domingos Catroga e de Joaquina Maria de Almeida.

Aluno do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, onde concluiu, em 1966, a licenciatura em Economia, recebeu o Prémio Alfredo da Silva por ter sido considerado o melhor do seu curso, assim como outras distinções escolares, em virtude das mais altas classificações que obteve em várias disciplinas. O seu percurso profissional teve início em 1967, como consultor do Ministério das Finanças, mas, logo no ano seguinte, assumiu a posição de técnico da holding do grupo Companhia de União Fabril, que exerceu até 1974. Ainda neste ano, continuando ao serviço da referida empresa, não só desempenhou as funções de director financeiro e director do planeamento, como foi investido do cargo de administrador, o qual deixaria em 1975. Desde então e até 1977, manteria as suas ligações à Companhia de União Fabril, mas agora na qualidade de membro da respectiva Comissão Administrativa.

Entre 1978 e 1980, ocupa o cargo de vice-presidente da Quimigal, para, entre 1981 e 1993, se tornar administrador delegado do Grupo Sapec. Durante este período, integra, igualmente, o conselho de administração de várias empresas, como a Cel Cat (entre 1982 e 1993), a BP Portuguesa (entre 1983 e 1988) e a Finantia – Sociedade de Investimentos (entre 1989 e 1993).

Foi, ainda, presidente da Sapec – Portugal SGPS, presidente do Conselho de Administração da

Cel Cat e vice-presidente da Nutrinveste, antes de assumir os cargos de presidente do Grupo Sapec, administrador do Banco Finantia e de administrador da Nutrinveste, os quais exerce actualmente.

Prosseguiu, desde muito cedo, as ligações com o mundo académico, começando por exercer a actividade docente entre 1968 e 1974, como assistente do instituto onde se licenciou. Em 1979, frequentou o Program for Management Development, ministrado pela Harvard Business School, e, actualmente, é professor catedrático convidado do Instituto Superior de Economia e Gestão, na área de Estratégia Empresarial do mestrado em Gestão.

No âmbito da actividade política, foi ministro das Finanças do XII Governo Constitucional, entre Dezembro de 1993 e Outubro de 1995. Do ponto de vista associativo, além de ter presidido, no período de 1982 a 1988, à Associação Portuguesa das Empresas Industriais de Produtos Químicos, é ainda sócio fundador do Instituto Português de Corporate Governance e membro do respectivo Conselho-Geral.

Autor das obras *Política Económica – 22 Meses no Ministério das Finanças* (1995) e *Intervenções sobre Política Económica* (vol. I, “Discursos” e vol. II, “Debates e Entrevistas”, 1995), tem também artigos publicados em revistas e jornais sobre temas de política económica e estratégia empresarial.

JOAQUIM AUGUSTO NUNES DE PINA MOURA

Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura nasceu em Loriga, concelho da Guarda, a 22 de Fevereiro de 1952.

É filho de Viriato Nunes de Moura e de Maria Filomena Nunes de Pina.

Licenciado em Economia e pós-graduado em Economia Monetária e Financeira pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, frequentou, também, entre 1969 e 1974, o curso de Engenharia Mecânica da Faculdade de Engenharia do Porto.

Estreou-se como docente no instituto supracitado, entre 1992 e 1995, onde leccionou as cadeiras

de Política Económica e Economia Portuguesa e Europeia, e é, desde Janeiro de 2005, professor catedrático convidado do Instituto Superior de Economia e Gestão, aí se encarregando, em parceria, da direcção e leccionação dos “Serões de Política Económica” e da pós-graduação em Gestão Pública.

A par da actividade docente, é consultor externo do Conselho de Administração do Banco Comercial Português, vogal do Conselho de Administração da Galp Energia, para o biénio de 2005-2007, e presidente da Iberdrola Portugal, desde 2004, sendo, igualmente, membro do Comité Directivo da Iberdrola Espanhola.

A sua participação política remonta a 1972, quando adere ao Partido Comunista Português e à União de Estudantes Comunistas, além de se tornar dirigente da Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia do Porto, em cujo exercício se mantém até 1974.

Entretanto, em 1973, toma parte da Comissão Nacional do III Congresso de Oposição Democrática, em Aveiro, e candidata-se pelas listas das Comissões Democráticas Eleitorais (CDE) às eleições para a Assembleia Nacional. Em 1992, um ano após a sua saída do Partido Comunista Português, funda, juntamente com outras personalidades, a Plataforma de Esquerda, embora venha a filiar-se, em Setembro de 1995, no Partido Socialista, depois de ter tido um papel destacado na organização dos seus Estados Gerais, nos inícios desse ano.

Na sequência das eleições legislativas de 1 de Outubro de 1995, é eleito deputado à Assembleia da República nas listas do Partido



COLECCÃO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Socialista, pelo círculo do Porto, e assume o cargo de secretário de Estado-adjunto do primeiro-ministro do XIII Governo Constitucional, até 1997, altura em que é nomeado ministro da Economia do referido executivo, em cujas funções se mantém até ao fim da respectiva legislatura.



Em Outubro de 1999, é de novo eleito deputado à Assembleia da República como candidato do Partido Socialista (mas, desta feita, pelo círculo de Lisboa) e investido no cargo de ministro das Finanças e da Economia, no exercício do qual presidiu ao Conselho da Ecofin, de Janeiro a Junho de 2000, havendo, nesse período, participado na preparação do Conselho Europeu, conduzido as negociações que resultaram na aprovação do pacote alfandegário dos Estados Unidos da América, no Conselho de Santa Maria da Feira, e representado a União Europeia nas reuniões do G7, em Tóquio e Washington. Ao deixar o lugar de ministro da Economia em Setembro de 2000, passa a ter somente a pasta das Finanças, até Julho de 2001, não sem antes ter sido eleito, em Abril desse ano, presidente do Conselho de Governadores do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento. Embora saísse do XIV Governo Constitucional, manteve o mandato de deputado da VIII Legislatura, durante a qual foi membro da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação e da Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus. Desde então, voltou a ser eleito deputado à Assembleia da República nas eleições de 17 de Março de 2002 e de 20 de Fevereiro de 2005, em ambos os casos nas listas do Partido Socialista e pelo círculo da Guarda, havendo sido, no primeiro desses mandatos, presidente da Comissão Parlamentar do Trabalho e dos Assuntos Sociais e membro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Reino Unido. Co-autor de vários estudos sobre aspectos da indústria portuguesa, escreveu, ainda, o livro *A Reforma Inadiável* (2000), em parceria com Ricardo Sá Fernandes.

GUILHERME WALDEMAR PEREIRA D'OLIVEIRA MARTINS

Guilherme Waldemar Pereira d'Oliveira Martins nasceu na freguesia de Santa Isabel, em Lisboa, a 23 de Setembro de 1952.

É filho de Guilherme Waldemar Bentheim de Noronha d'Oliveira Martins e de Maria Julieta Filipe Pereira d'Oliveira Martins, destacando-se, entre os seus ascendentes, o antigo ministro dos Negócios da Fazenda Joaquim Pedro d'Oliveira Martins, seu tio-bisavô.

Após a conclusão, em 1974, da licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, dividiu a sua vida profissional entre a advocacia e a docência universitária, tornando-se assistente da referida faculdade em 1977.

Quatro anos depois, obtém o grau de mestre em Ciências Jurídicas e Económicas – ainda pela mesma faculdade – e, após um interregno de dois anos, retoma, em 1987, a actividade docente, como professor da Universidade Internacional, onde leccionará nas áreas de Direito Financeiro e de Direito da Economia, até 1995.

A par da actividade académica (ainda hoje exercida, na qualidade de professor catedrático da Universidade Lusíada), foi consultor jurídico dos ministérios das Finanças e do Comércio, entre 1975 e 1986, e director dos Serviços Jurídicos da Direcção-Geral do Tesouro.

Na área do aconselhamento institucional, participou na Comissão Consultiva do Tesouro e no Conselho Nacional de Educação.

Por outro lado, tem exercido diversos lugares em instituições de carácter cívico, educativo e cultural, como o de presidente do Conselho Fiscal

da Comissão Portuguesa do Movimento Europeu, presidente e vogal do conselho coordenador da Sedes – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social e vice-presidente da Comissão Nacional da Unesco, sendo, actualmente, presidente do Centro Nacional de Cultura, secretário-geral da Comissão Portuguesa da Fundação Europeia de Cultura e vogal do Conselho-Geral da Fundação Mário Soares. É, ainda, membro do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, assim como sócio do Centro Europeu de Cultura (em Genebra) e da Association des Amis d'Emmanuel Mounier. Desempenha, desde Setembro de 2005, o cargo de presidente do Tribunal de Contas.

Ao nível político, começou por se destacar como dirigente da Juventude Social-Democrata e do Partido Social-Democrata, mas abandonaria esta formação partidária em Abril de 1979, para ingressar na Acção Social-Democrata Independente (ASDI), que também dirigiu. Depois de, ainda em 1979, ter sido chefe de gabinete do ministro das Finanças, viria, nas II e III legislaturas (1980-1983 e 1983-1985), a tomar assento na Assembleia da República, na qualidade de deputado substituto.

Entre 1985 e 1986, esteve envolvido na primeira candidatura presidencial de Mário Soares, como membro da Comissão Política do Movimento de Apoio Soares à Presidência (MASP) e, após a vitória desse candidato, ocupou o lugar de consultor da Casa Civil do Presidente da República, até 1991.

Neste ano, além de apoiar a recandidatura de Mário Soares à Presidência da República – sendo

porta-voz do MASP e voltando a pertencer à respectiva Comissão Política –, é eleito deputado à Assembleia da República, em cujo mandato serviu de porta-voz do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para as questões da educação. Reeleito deputado nas listas desse partido pelo



FOTO CEDIDA POR G. O. M.

círculo do Porto nas eleições legislativas de 1995, 1999, 2002 e 2005, representou a Assembleia da República na Convenção Europeia e pertenceu às comissões de Orçamento e Finanças e de Assuntos Europeus. Além de ter sido secretário de Estado da Administração Educativa (de 1995 a 1999), ministro da Educação (de 1999 a 2000) e ministro da Presidência (de 2000 a 2002), acumulou a pasta das Finanças (de 2001 a 2002).

Entre as condecorações com que foi agraciado, contam-se a de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, a de Comendador da Ordem de Isabel, a Católica, e a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul.

No campo da escrita, é autor de obra vasta e diversa, de que se destacam os seguintes títulos: *Democracia Incompleta* (com António Rebelo de Sousa, 1978), *Lições sobre a Constituição Económica Portuguesa* (2 vols., 1983-1984 e 1984-1985), *Oliveira Martins, Uma Biografia* (1986), *Ministério das Finanças, Subsídios para a sua História no Bicentenário da Criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda* (1988), *Escola de Cidadãos* (1991), *Portugal, Instituição e Factos* (1991), *O Enigma Europeu* (1993), *A Constituição Económica Portuguesa – Ensaio Interpretativo* (com A. L. Sousa Franco, 1993), *Portugal no Centro da Europa* (1995), *Educação ou Barbárie?* (1998), *Terceira Via* (com Alberto Martins, Carlos Zorrinho, Francisco de Assis, João de Almeida Santos e Leonel Moura, 1999) e *Oliveira Martins, Um Combate de Ideias* (1999).

MARIA MANUELA DIAS FERREIRA LEITE



COLEÇÃO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Maria Manuela Dias Ferreira Leite nasceu em Lisboa, a 3 de Dezembro de 1940.

É filha de Carlos Eugénio Dias Ferreira e de Julieta Teixeira de Carvalho Dias Ferreira e bisneta de José Dias Ferreira, que foi, por várias vezes, ministro dos Negócios da Fazenda entre 1868 e 1893.

No decurso da licenciatura em Economia no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), que concluiu, em 1963, com a média de 16 valores, obteve, *ex-aequo*, os prémios de “Aluno Mais Distinto do Curso”, “Aluno Mais Classificado do Curso de Economia” e de “Aluno Mais Classificado na Cadeira de Política Ultramarina”.



COLEÇÃO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Ainda em 1963, torna-se bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian (até ao ano seguinte), para estudar os aspectos económicos da educação, vindo a frequentar, nessa condição, um curso sobre o tema, organizado pela OCDE e realizado na Alemanha. Entre 1964 e 1973, continuará ao serviço daquela Fundação, primeiro, como investigadora do Centro de Economia e Finanças do Instituto Gulbenkian de Ciência, até 1972, e, a partir de então, como técnica do Serviço de Investimentos.

Entretanto, já era assistente do Instituto Superior de Economia e Gestão (ex-ISCEF), desde 1966, e aí se manteria até 1979, havendo, durante esse período, leccionado as cadeiras de Finanças Públicas e Economia Pública, desempenhando funções no Conselho Directivo, a partir de 1973, e coordenado o grupo das disciplinas de Finanças Públicas, a partir de 1975.

Neste ano, exerce os lugares de directora do Departamento de Estatística do Instituto de Participações do Estado e de vogal do Conselho Administrativo do Instituto de Tecnologia Informativa, para, em 1977, ao findar aquelas tarefas, se tornar coordenadora do Núcleo de Finanças Públicas e Mercado de Capitais do Gabinete de Estudos do Banco de Portugal, com a categoria de técnica consultora, mantendo essas funções até 1986. Durante o exercício das mesmas, acumulou o lugar de vogal da Junta do Crédito Público, em representação do Banco de Portugal, a partir de 1979, e fez parte da delegação portuguesa ao Comité de Política Económica da OCDE, em 1985.

Um ano depois, assume o cargo de directora-geral da Contabilidade Pública, em cujo

exercício se demorará nos quatro anos seguintes, e, entre 1987 e 1992, ocupa o lugar electivo de membro do Comité do Orçamento do Conselho da Europa.

Actualmente, é professora catedrática convidada do Instituto Superior de Economia e Gestão, onde se encontra como co-responsável pela direcção e leccionação dos “Serões de Política Económica” e pela pós-graduação em Gestão Pública. Tem, também, integrado os corpos sociais de algumas instituições, como é o caso do Instituto Gulbenkian de Ciência, de cuja Comissão Consultiva é membro desde 1998, e do Instituto Superior de Línguas Aplicadas, onde presidiu ao respectivo Conselho de Administração, entre 1998 e 2000.

Em 2006 é administradora não executiva do Grupo Santander e Totta.

No âmbito do exercício de cargos políticos, começou como chefe de gabinete do ministro das Finanças, entre 1979 e 1981, de que passou a secretária de Estado do Orçamento, entre 1990 e 1991. No último desses anos, estreia-se como deputada à Assembleia da República, eleita nas listas do Partido Social-Democrata e pelo círculo de Lisboa, além de ter sido nomeada secretária de Estado-adjunta e do Orçamento, que exerceu até 1993, altura em que assumiu o cargo de ministra da Educação do XII Governo Constitucional, até ao fim da legislatura. Voltaria a ser eleita deputada do Partido Social-Democrata à Assembleia da República em 1995, pelo círculo de Évora, bem como em 1999 e 2002, pelo círculo de Lisboa. Ao longo destes mandatos parlamentares, foi presidente da Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano, entre 1995 e 1999, bem como vice-presidente e presidente do Grupo Parlamentar do

Partido Social-Democrata, entre 1996 e 2001 e entre 2001 e 2002, respectivamente.

Por fim, foi nomeada ministra de Estado e das Finanças do XV Governo Constitucional em 6 de Abril de 2002, sobraçando essa pasta até 16 de Julho de 2004. Tornou-se, assim, na primeira mulher a assumir tal cargo.

Ao nível da estrutura interna do Partido Social-Democrata, foi presidente da Mesa da Assembleia da Secção F, presidente da Mesa da Assembleia da Distrital de Lisboa, presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro, vice-presidente da Comissão Política Nacional (em 1997), membro eleito do Conselho Nacional (entre 1999 e 2000) e presidente da Comissão Política Distrital de Lisboa (em 2000).

É autora e co-autora de diversos artigos e obras publicados, com destaque para *On Returns to Education*, *O Processo Orçamental e a Reforma da Administração Pública* (1986), *The Economics of Educational Costing* e *The Political Economy of Education* (1972). Participou, ainda, em várias conferências e seminários, como, por exemplo, a Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa, em que foi comentadora da comunicação feita pelo professor John Vaizey, o 41.º Congresso do Instituto Internacional de Finanças Públicas, o Colóquio Internacional da Societé Universitaire Européenne de Recherches Financières, a conferência integrada nas comemorações do bicentenário do Ministério das Finanças, subordinada ao tema “Reforma Orçamental e da Contabilidade Pública”, e a 4.ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, em que chefiou a delegação portuguesa.

Foi galardoada com o Prémio Gente do jornal *Expresso*, como “Figura do Ano de 1993”.

ANTÓNIO JOSÉ DE CASTRO BAGÃO FÉLIX

António José de Castro Bagão Félix nasceu em Ílhavo, a 9 de Abril de 1948.

É filho de João Bagão Félix e de Marília Nunes de Castro Félix.

Depois de ter frequentado o Liceu Nacional de Aveiro, onde se distinguiu pelas boas notas e foi galardoado com o prémio “Aluno de Melhor Carácter”, concluiu, em 1970, a licenciatura em Finanças no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, em Lisboa, tendo, como professores, Aníbal Cavaco Silva e João Fernandes Salgueiro.

Havia de prosseguir a carreira académica, ora como docente do ensino superior e universitário (na qualidade de assistente de Matemáticas Aplicadas no instituto onde se formou, assistente

de Estatística no Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa e professor auxiliar convidado da cadeira de Segurança Social na Universidade Internacional), ora como aluno do curso de Gestão do Institut Européen d’Administration des Affaires (INSEAD), em 1995, ora, ainda, como membro do Conselho da Universidade de Aveiro. Paralelamente, tem feito carreira na área financeira e dos seguros, como director financeiro da Companhia de Seguros Mundial, administrador da COSEC, membro do Conselho Directivo do Instituto Nacional de Seguros, administrador do Banco de Comércio e Indústria, administrador e vice-governador do Banco de Portugal, presidente da Comissão Directiva do Fundo de Garantia de Depósitos, administrador das companhias de seguros Império, Bonança, Médis, Ocidental, Seguro Directo, Pensões Gere e Seguros e Pensões e, ainda, director-geral do Banco Comercial Português.

Estreou-se nas lides políticas entre 1980 e 1983, quando assumiu a pasta de secretário de Estado da Segurança Social dos VI, VII e VIII Governos Constitucionais.

Sucedeu-se uma passagem pela Assembleia da República, até 1985, depois de ter sido eleito deputado nas eleições legislativas de 1983, em que foi candidato independente do Centro Democrático e Social (CDS) pelo círculo de Aveiro, exercendo durante o seu mandato o lugar de presidente da Comissão Parlamentar de Saúde e Segurança Social.

Em 1986, filia-se no CDS, com a finalidade de apoiar a candidatura de João Morais Leitão à chefia do partido, mas acaba por se desvincular



FOTO CEDIDA PELO GABINETE DE B. F.

do mesmo em 1991. Também neste ano, terminaria a sua participação como membro do XI Governo Constitucional, no qual havia desempenhado o cargo de secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, desde 1987.

Continuando, no entanto, a ser uma das vozes mais ouvidas no que concerne à Segurança Social (nomeadamente, pelos líderes do CDS-PP, Manuel Monteiro e Paulo Portas, dos quais foi conselheiro para essa área), veio a tornar-se, em 2002, ministro da Segurança Social e do Trabalho do XV Governo Constitucional. Após a remodelação desse executivo, ocorrida em Julho de 2004, foi nomeado ministro das Finanças, em cujo exercício se manteve até 12 de Março de 2005.

Tem desempenhado, por outro lado, funções nos corpos sociais de várias instituições de carácter social, como, por exemplo, presidente da Assembleia Geral da União das Misericórdias, presidente do Conselho Fiscal do Banco Alimentar contra a Fome, presidente do Conselho Fiscal da Caritas Portuguesa, membro da Direcção da Sedes – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social e presidente da Comissão Nacional Justiça e Paz, além de ser membro da Associação de Fundadores da Fundação Cidade de Lisboa e consultor da Conferência Episcopal.

De entre a diversa obra de sua autoria, destaca-se um dos mais recentes livros, com o título *Do Lado de Cá, ao Deus-Dará* (2002).

LUÍS MANUEL MOREIRA DE CAMPOS E CUNHA

Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha nasceu em Angola, a 6 de Fevereiro de 1954.

É filho de José Luís Ferreira da Cunha e de Clementina Moreira de Campos e Cunha.

Aluno da primeira licenciatura em Economia da Universidade Católica Portuguesa, concluiu-a em 1977, vindo, em meados da década seguinte, a doutorar-se na mesma área disciplinar, pela Columbia University, em Nova Iorque.

Após o doutoramento, prestou provas de agregação na Universidade Nova de Lisboa e torna-se, em 1995, seu professor catedrático.

Membro do Senado dessa universidade por diversas vezes, veio a ser, entre 2002 e 2005, director da respectiva Faculdade de Economia.



FOTO CEDIDA PELO GABINETE L.C.C.

Além da carreira académica, ocupou o cargo de vice-governador do Banco de Portugal, entre 1996 e 2002, período crucial para a participação de Portugal na moeda única. No banco central, desempenhou, entre outras, as funções de suplente do governador no Conselho de Governadores do Banco Central Europeu e de membro do Comité de Relações Internacionais. Integrou, igualmente, o Comité Monetário – mais tarde, Comité Económico-Financeiro –, em Bruxelas.

Em Janeiro de 2005, foi eleito membro do Conselho de Administração da Association to Advance Collegiate Schools of Business, deixando esse lugar quando assumiu funções públicas.

No espaço político, fez uma primeira aparição durante os Estados Gerais do Partido Socialista, no seguimento da qual foi chamado a chefiar o gabinete de assessores económicos afecto ao primeiro-ministro, nos dois primeiros meses do XIII Governo Constitucional. Veio, depois, a assumir o cargo de ministro de Estado e das Finanças do XVI Governo Constitucional, entre 13 de Março e 21 de Julho de 2005.

Entre as distinções com que foi premiado, destacam-se a “Alfred Sloan Doctoral Dissertation Fellowship” e a “Tinker Foundation Research Grant”, além de ter sido “President’s Fellow” da Columbia University (nos anos lectivos de 1981-1982 e de 1982-1983), “Fulbright Student” e bolseiro do Instituto Nacional de Investigação Científica (em ambos os casos, entre 1980 e 1985).

É autor de vários trabalhos e estudos publicados na área da investigação, bem como de artigos e intervenções sobre questões económicas e sociais.

FERNANDO TEIXEIRA DOS SANTOS

Fernando Teixeira dos Santos nasceu na Maia, a 13 de Setembro de 1951.

É filho de Manuel Ferreira da Costa Santos e de Alice Teixeira da Costa.

Aluno do Liceu Normal D. Manuel II, no Porto, veio a frequentar a Faculdade de Economia dessa cidade, onde concluiu, em 1973, a licenciatura em Economia, começando, ainda



FOTO CEDIDA PELO GABINETE F. T.S.

nesse ano, a desempenhar funções docentes na sobredita faculdade.

Em 1985, seria a vez de obter o doutoramento na mesma área disciplinar, pela Universidade da Carolina, nos Estados Unidos da América, findo o qual regressou à Faculdade de Economia da Universidade do Porto, para dirigir o curso de mestrado em Economia, no biénio de 1986-1987.

Data deste período uma colaboração com a Universidade Católica Portuguesa, primeiro, como membro do seu Conselho Superior, entre 1986 e 1992, e, pouco depois, como professor convidado do Centro Regional do Porto, entre 1987 e 1995.

Entretanto, voltaria, temporariamente, à Universidade da Carolina, na qualidade de professor visitante, entre 1989 e 1990, e, após a elevação à categoria de professor associado da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, ocorrida em 1991, viria aqui a ser presidente do Conselho Científico, entre 1992 e 1995, e vice-presidente do Conselho Directivo, entre 1993 e 1995, bem como a fundar o Centro de Estudos Macroeconómicos e Previsão, em 1993.

Entre este ano e 1995, leccionou a disciplina de Técnicas e Métodos de Previsão e Modelização nos cursos de Estudos Superiores Especializados em Gestão Financeira e de Estudos Superiores Especializados em Gestão Comercial, do Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais. Paralelamente à actividade académica (desenvolvida, sobretudo, nas áreas de macroeconomia, economia monetária e financeira, economia e finanças públicas e

métodos de previsão), foi consultor e adjunto do conselho de administração de várias empresas, nos períodos de 1976 a 1979 e de 1983 a 1986, administrador do IPE (Investimentos e Participações do Estado), entre 1986 e 1987, e presidente do Conselho Directivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), entre 2000 e 2005, em cujo exercício presidiu ao Comité Executivo da Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO), entre 2000 e 2004, ao Grupo de Peritos do Comité Europeu de Reguladores de Valores Mobiliários, entre 2003 e 2005, e ao Comité Regional Europeu da IOSCO, entre 2004 e 2005. Aproximou-se da vida política por altura dos Estados Gerais do Partido Socialista, em que participou no Conselho para o Emprego e Desenvolvimento, a que se seguiu a sua nomeação para o cargo de secretário de Estado do Orçamento do XIII Governo Constitucional, que exerceu entre Outubro de 1995 e Outubro de 1999.

É ministro de Estado e das Finanças do XVI Governo Constitucional, em funções desde Julho de 2005.

Entre as condecorações e prémios com que foi agraciado, saliente-se o grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, conferido em Junho de 2005, o *Distinguished Alumnus Award*, conferido pela Darla More School of Business, da Universidade da Carolina do Sul, em 1998, e o *Annual Departmental Award for Outstanding Academic Performance by a Graduate Student*, conferido pelo Departamento de Economia dessa universidade estado-unidense, em 1984.

Deve-se à sua autoria vários livros e trabalhos no domínio da teoria política macroeconómica.